

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 26 dias do mês de abril de 2021, às 18 horas e 05 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda e, a pedido, do Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Paulínia, Rodrigo Jaquet, Rodrigo Macelari, membro da diretoria do Sindicato e Dr. Alexandre Mandl para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

1. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 12/04/2021;
2. Deliberação sobre a aprovação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, conforme apresentação na reunião conjunta ocorrida em 22/03/2021;
3. Apresentação do Relatório de Governança Corporativa de 2020, conforme diretrizes do manual atualizado do Programa Pró Gestão;
4. Deliberação sobre a solicitação do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Paulínia – STSPMP, a respeito do desconto em folha de pagamentos das contribuições sindicais e demais convênios possíveis;
5. Deliberação sobre a protocolização de pedido ao Executivo, para continuidade das discussões nas alterações necessárias na base previdenciária dos servidores públicos estatutários, nos termos do protocolado nº 6512/2019;
6. Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas vindas a todos presentes e anunciou a pauta da reunião.

Antes de iniciar o primeiro item, informa o pedido feito pelo Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Paulínia em participar da reunião virtual de hoje. Diz que colocou em discussão e deliberação o pedido no grupo de WhatsApp dos conselheiros e houve a aprovação com unanimidade. Sandra dá boas vindas ao Presidente do Sindicato, Sr. Rodrigo Jaquet.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 12/04/2021 – Sandra informa que a Ata foi enviada anteriormente aos conselheiros via WhatsApp e e-mail. Coloca em deliberação e conselheiros aprovam com unanimidade.

Item 02. Deliberação sobre a aprovação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, conforme apresentação na reunião conjunta ocorrida em 22/03/2021 – Sandra diz que também foi enviado anteriormente aos conselheiros para lerem com calma. Pergunta se algum conselheiro tem alguma colocação a fazer. Sandra passa a palavra à Nara que diz achar que a apresentação do Conselho Fiscal demorou para acontecer, pergunta se a conselheira Sandra sabe o motivo da demora e se não haveria problema. Sandra diz que não saberia dizer o motivo do atraso na apresentação, diz que na tarde do dia de hoje a Presidente do Conselho Fiscal já enviou o relatório de encerramento anual do ano de 2020 que será encaminhado aos demais conselheiros. Diz que acredita que no final de maio já acontecerá a apresentação do primeiro trimestre de 2021. Sandra acredita que eles estão regularizando esse tempo deles e acredita que o atraso tenha ocorrido por questão documental e outros motivos internos do Instituto. Diz que conversará com a Presidente do Conselho Fiscal para que justifique ou que atualize as apresentações para fiquem dentro do prazo. Coloca em deliberação o Relatório Trimestral. Eliete aprova com as ressalvas colocadas pela Ligian, Nívia, Márcia e Ademir em relação às Leis 17, 18/2001 e do Abono. Sirlene aprova com ressalvas relacionadas ao Abono. Edson aprova sem ressalvas, Fábio aprova sem ressalvas. Nara aprova e acrescenta ter olhado as leis 17 e 18/2001 e, de maneira geral, elas foram modificadas algumas vezes. Diz que o apontamento deve ser direcionado, em aspecto e em qual artigo. Também em relação ao abono, diz ter discordância se não deixar claro qual será a modificação. Aprova com essa ressalva. Paulo aprova sem ressalvas. Idu aprova sem ressalvas. Erick aprova com as ressalvas apresentadas pelo Conselho Fiscal. Conselheiros aprovam unanimemente e com ressalvas.

Item 04. Deliberação sobre a solicitação do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Paulínia – STSPMP, a respeito do desconto em folha de pagamentos das contribuições sindicais e demais convênios possíveis – Sandra sugere a inversão dos itens 3 e 4, conselheiros aprovam. Sandra inicia dizendo que, como é uma nova gestão a do sindicato, explica que esse assunto já foi item de pauta deste conselho em 2 momentos, na gestão anterior deste conselho e em março de 2020. Foi deliberado e os conselheiros não aceitaram o desconto em folha de pagamento da contribuição sindical. Sandra passa a palavra ao Presidente do Sindicato, Sr. Rodrigo que diz saber dos outros 2 momentos em que esse assunto foi trazido para deliberação do conselho. Diz que, em outros momentos, existiam outros entendimentos, inclusive da gestão anterior e que hoje há um adicional de risco que é a COVID-19, sendo um risco a mais para os idosos se dirigirem até o Sindicato. A palavra é passada ao Dr. Alexandre que agradece, em nome do Sindicato, o espaço. A fala do Dr. Alexandre é interrompida por problema com a conexão e a palavra é passada ao Rodrigo Macelari. Que diz, nessa nova gestão, estarem prezando pela segurança dos idosos. Diz que tem acompanhado, nos últimos 40 dias, a ida de servidores idosos até o Sindicato para pagamento da taxa sindical e do plano de saúde, muitos com comorbidades graves e, ou até cadeirantes. O que motivou o pedido ao André, Diretor do Instituto, por ser uma



situação grave nesse momento pandêmico. Pede aos conselheiros para olharem por essa vertente, considerando a possibilidade do lançamento desses descontos para dar condição de segurança aos aposentados dentro desse cenário pandêmico. A palavra é passada ao Diretor Presidente, André. Ele diz que a demanda chegou até ele em uma reunião onde ele explicou os 2 momentos, em 2017 e 2020, em que houveram essas discussões. Diz que há uma certa confusão sobre o que é ato de gestão e diretriz de conselho por conta do que está disciplinado na legislação. As instâncias deliberativas e fiscalizatórias se complementam na gestão da Autarquia. Então, a tratativa da questão do desconto em folha, diferente, por exemplo, o credenciamento de uma nova instituição financeira que trata de consignado que tem um disciplinamento próprio, não poderia partir da Diretoria Executiva do Instituto porque já havia sido deliberado anteriormente pelo Conselho Administrativo que esse desconto não existiria. Então, em que pese a vontade positiva ou negativa da Autarquia em poder ou não fazer, isso não seria realizado sem a participação dos conselheiros. Além disso, diz querer deixar uma situação meio clara para que, inclusive, o Dr. Alexandre e os Rodrigo's entendam. A questão dos descontos em folha tem que ser analisado por cada convênio em si. Usa, como exemplo, não haver nenhum problema hoje colocar um código, como na Prefeitura existe, do desconto da mensalidade do sindicato. Do convênio odontológico é necessário avaliar, mas com relação à Unimed, que é uma demanda antiga que o Instituto tem com os inativos, a Unimed não disponibiliza esse código para os inativos e, além disso, há o problema da 3294/2012 que define os limites de consignação facultativa e obrigatória no desconto em folha. As facultativas são até 30% no limite de todos os descontos feitos por opção do próprio servidor e 70% para as obrigatórias. Lembra os casos dos servidores com glosas, muitos deles estão no limite dos 30% atingidos. Em que pese esse item seja deliberado, pode ser que não atenda a todos os segurados. Será necessário tratar, individualmente, cada caso. Acha importante deixar claro para que depois não surjam aquelas situações de "porque pode para X e não pode para Y". A palavra é passada ao Dr. Alexandre que acrescenta, sobre o plano de saúde, que tem a Unimed e o Samaritano e que virão outros planos e que serão mais baratos; irão consignar bem mais baixo o valor dos planos. Sandra passa a palavra ao Idu, mas por problema no microfone, a palavra é passada ao Dr. Alexandre que acrescenta que o fato do pedido ter sido pautado traz uma dimensão que é importante. Pondera, não só os pedidos que tinham sido feitos pela gestão anterior por parte do sindicato e a gestão anterior do conselho, como entendendo a necessidade de que essa demanda passe por esse espaço e a posição dos conselheiros é importante. Diz que não é uma demanda de uma direção sindical "X" ou "Y" ou mesmo de uma entidade sindical, mas que os conselheiros precisam pensar nos próprios servidores aposentados; há a questão evidente pela da pandemia, como qual é a melhor estrutura para o servidor ser melhor atendido. Diz achar ser correta a preocupação que o André colocou, a decisão é total para todos, mas têm os limites evidentes por causa dos consignados. E a questão dos diferentes convênios que podem, é uma disputa que o Sindicato precisará brigar para fazer, para que passem, para que autorizem, é uma demanda que parte dos servidores aposentados e eles tem a obrigação de canalizar e de trazer. Reafirma que ela não tem nenhuma ilegalidade e da mesma maneira que é feito com a Prefeitura, pode e deve ser feito pelo Pauliprev, no entendimento do Sindicato. Diz que há uma série de questões de como operacionalizar e que, num primeiro momento, são colocadas algumas dificuldades, mas estão em novos tempos e o pedido não é por outros motivos, é pela melhora do atendimento do servidor. Para o servidor que quiser, porque pode haver quem não queira, mas quem quiser fazer o desconto em folha, por que não? Qual seria o fundamento jurídico de não autorizar para assim fazer. Conclui que, pelo menos, se não a curto, mas a médio prazo vai possibilitar uma dimensão de operacionalização muito melhor, inclusive para o Pauliprev. Acrescenta que os conselheiros, sempre de forma muito responsável e pensando no bem-estar dos servidores aposentados, mas

Jo
Sandra
Idu
PHS
Sandra
Idu
Jo

Jo

também como pode ser a médio prazo para quem está na ativa, é uma medida importante, que avança em melhor atender os servidores. Sandra passa a palavra para o conselheiro Idu. Ele diz que em março do ano passado foi votado e não vê nenhum fato novo no que foi votado, nem na outra vez em, talvez em 2018, que não seja o trabalho que isso vai dar, uma responsabilidade a mais ao Pauliprev que não tem tanta importância assim. Diz que até os empréstimos consignados e o convênio médico sim, o servidor tem o desconto, o servidor leva vantagem nisso. O desconto em folha dá um percentual menor para o empréstimo. Acredita que tudo o que foi falado no ano passado continua da mesma forma; hoje, a pandemia não quer dizer que a pessoa tem que ir lá, a pessoa pode mandar um parente lá pagar, vai por boleto, tem o Pix, tem conta, tem e-mail. Existem muitas formas de pagamento e não é isso que tá provocando que queira descontar em folha. Diz que o desconto em folha é terceirizar o serviço do Sindicato. Não diz isso só por causa do Sindicato, mas há as outras associações que também vão querer o desconto; será um trabalho ao Pauliprev que ele não vê nenhuma importância e nenhuma mudança da última vez que votaram pra cá. Diz que uma associação veio falar com ele nesse sentido e a resposta dele foi o mesmo posicionamento, votará contra. Sandra passa a palavra à conselheira Nara que diz não ter uma ideia do universo de aposentados que estão falando e também a questão de ser opcional, o servidor escolher ou não se quer esse desconto. Diz que, lá atrás, na época do Guimarães, a recusa foi porque o Instituto, naquele momento, não possuía estrutura. Diz que hoje, depois o Breda pode confirmar, entende que até tenha uma estrutura para fazer esse atendimento. Diz que a segunda votação foi feita conjunta, não era só o pedido do Sindicato, entrou com o pedido de outras associações. Diz que concorda com o Idu desse perigo, não tem “pé”, não tem “fôlego” se todo mundo vier pedir o Instituto não dará conta. No entanto, diz que se parar para pensar, a Prefeitura também só faz o desconto do Sindicato. Diz nunca ter visto ela abrir para uma associação, não sabe se pode ou não pode. Diz que gostaria desse esclarecimento, se autorizar ao Sindicato, necessariamente, terão que autorizar para as associações? E pergunta da quantidade, quantos aposentados têm feito essa solicitação. Ao Breda, se o Instituto tem condições estruturais hoje. Sandra diz se lembrar das duas votações e diz que, obrigatoriamente, o Instituto não tem que aceitar os descontos das associações porque aceitou do Sindicato. Obrigação, nem imposição, nem legalidade, imposição jurídica, não tem. Talvez, tenham uma questão moral de tratar os representantes dos servidores de formas diferentes porque há quem acredite e se associe a representação Sindical e há quem acredite e se associe a representação das associações. Acha que se tornaria uma questão moral, de tratar os representantes de formas diferentes. Diz que pode passar a palavra ao André Breda e ele pode responder isso para Nara. A palavra é passada ao André que concorda com o que a Sandra diz, não há obrigatoriedade, mas, falando como gestão do Pauliprev, todos serão tratados de maneira isonômica. O que vale pra um, valerá para todos. Com relação ao trabalho, diz que tanto o Idu tem razão com relação ao trabalho, quanto a Nara tem razão quanto a estrutura. No passado, e até quando foi discutido isso em 2020, ainda estava bastante confuso, ainda estavam mexendo em operações e tudo mais, diz terem momentos distintos. A estrutura, hoje, do Instituto é melhor, há um maior controle sobre os processos administrativos. Diz que, por experiência própria em relação ao que o Instituto já vivencia, não sabe quantas demandas virão do Sindicato, mas pensando na mensalidade sindical, ela viria, o Instituto teria o trabalho de ter um banco de dados, colocaria um código no sistema, esse código faria uma avaliação financeira, geraria um arquivo que iria para a contabilidade empenhar e a folha de pagamento fazer a transferência como é o que acontece com os consignados do Instituto. Assim aconteceria com cada um dos conveniados. Diz que, de fato, no início, teria um trabalho maior e depois isso seria operacionalizado com maior facilidade. Diz que, como os conselheiros, o Instituto recebe demandas dos próprios servidores e é discutido o que dá e não dá pra fazer. Até por que,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JF', 'Breda', 'Nara', 'André', 'Fato']

[Handwritten initials 'G']

diz já terem discutido isto no conselho, uma das possibilidades é ampliar o leque das instituições financeiras que promovem consignação principalmente por conta dessas negociações e renegociações com redução de taxa de juros para que, especificamente, se consiga resolver o problema das glosas. André explica como se daria isso. Diz que o trabalho acaba ficando dependente de ser maior ou menor de acordo com o número de convênio e de interessados. Só depois que obtiverem essas perspectivas é que conseguirão avaliar a quantidade de trabalho num primeiro momento. Diz que, o fator de haver a aprovação, não significa que todos os casos poderão ser resolvidos porque terão que ver se, operacionalmente, o Instituto terá condições de atender aquelas demandas. Diz que uma autorização significa a autorização de um convênio, já tiveram experiência de convênios com exigências acima daquilo que o Instituto pode ofertar e não foi autorizado pela Procuradoria Jurídica e, nesse aspecto, o Instituto abre mão porque, além da questão da possibilidade do convênio ser um facilitador, embora nos dê um pouco mais ou um pouco menos de trabalho, vão primar pela segurança jurídica do Instituto, e aí do Instituto, dos seus segurados e seus entes representativos, os conselhos. Diz que, respondendo um pouquinho pra todo mundo, precisam primeiro deliberar, havendo uma possibilidade, saber do quê estão falando e, a partir desse saber o quê, qual que é a melhor maneira de operacionalização. Diz que aquilo que não for possível ele falará a verdade, falará “não é possível porque não temos perna” ou “não é possível porque não é vantajoso pro próprio segurado”. A palavra é passada ao Dr. Alexandre. Diz que colocou no chat aos conselheiros que tomem a decisão conscientes do que estão votando e decidindo. Diz que podem tomar uma decisão política em termos de gestão da estrutura, “não sabemos o quanto”, “não sei o quanto isso vai de trabalho”, “não sei se a gente dá conta”, é uma decisão que o Pauliprev pode ter. Sobre a segurança jurídica, que o André colocou, diz que podem reabrir uma discussão que ele se dispõe a seguir um fraterno debate, mas gostaria de fazer uma fala em relação ao que o Idu colocou e até o que a Sandra disse, que uma coisa é na esfera moral de outras associações, mas não pode deixar de registrar o texto da Constituição Federal, artigo 8º “é livre a associação profissional observado o seguinte”, inciso II “é vedada a criação de mais de uma organização sindical”. Existem várias associações, podem ser associações de grêmios, esportivos, associações culturais... Mas existe uma única entidade pelo modelo que o Brasil adotou que é de unicidade sindical. Então, não há mais que uma entidade que representa. Diz que é necessário deixar registrado para todos os fins, para data base, para organização do que for em relação ao segurado. Há uma única entidade, isso o Sindicato tem que dar a segurança jurídica para que os conselheiros tomem decisão de que não vai abrir um precedente para outras associações venham pedir. Porque os conselheiros vão responder que pela Constituição Federal só há uma entidade sindical e é por isso que a Prefeitura só faz o desconto do Sindicato, porque não pode fazer, legalmente, dos demais como foi solicitado, inclusive pelas outras associações, e a Procuradoria do município assim respondeu. Que a decisão que os conselheiros venham a tomar, não venha enviesada com essa questão de que se abrir pro Sindicato terá que abrir para os demais. Sugere, com bastante respeito, que considerem isso como uma questão que é pro Sindicato porque é a única entidade. Podem ser favoráveis ou contrários, podem ponderar a questão de estrutura, a quantidade de gente, como organizar esse trabalho e, como ele disse no início, sim, há uma insegurança no sentido de dar conta desse trabalho, como vai operacionalizar, mas também faz esse pedido de que é pra melhor atender os servidores. Diz não ser uma terceirização do trabalho do Sindicato, mas sim é uma demanda por parte dos servidores em relação ao Pauliprev como é feito com a Prefeitura. Faz pela Prefeitura por entender, caso não seja feito, uma prática não sindical. Diz que eles entendem que o Pauliprev seria, nesse sentido, análogo à Prefeitura e por isso, então, deveria fazer. Traz uma operacionalização necessária, como o próprio Idu colocou, o André, a própria Nara. Acha que, nesse momento, há condições de se

do
Sue
PMS
Fale

8

fazer isso e evitar que, de forma desnecessária, as pessoas façam deslocamentos individuais e fiquem vulneráveis, ainda mais, numa situação dessa. Sugere e conclui solicitando pela votação favorável ao pleito porque no conteúdo, no mérito, entendendo que é só a entidade sindical porque ela é a única entidade pelo artigo 8º, inciso II da Constituição Federal e também como operacionalizar, podem fazer um escalonamento, uma transição, por exemplo, limitam primeiro para os consignados, depois para os convênio e irem fazendo uma escala. Diz que querem melhor atender o segurado e os conselheiros podem ajudar. Diz terem que realizar um trabalho de várias mãos para conseguir contemplar esse pleito dos servidores segurados. Sandra diz que entende a colocação do Dr. Alexandre e entende o Sindicato como representante legal do servidor e sempre defendeu essa tese. Mas também defende o servidor ter o direito de ser representado por qualquer associação, qualquer grêmio, até pelo campinho de futebol da esquina, é um direito que ele tem de querer ser representado por quem melhor lhe convir. Pra quem ele achar que lhe respeita mais, pra quem ele achar que tem representatividade, que fale no nome dele em algumas situações. É o direito que ele tem. Ainda que a constituição Federal diga que o Sindicato é o único órgão representativo, as associações estão participativas e a Associação da ADIN foi uma que movimentou vários servidores em prol da defesa do servidor. Diz que não é só o Sindicato que trabalha em prol do servidor. Diz que ainda é sindicalizada, apesar de, por alguns momentos, querer deixar de ser, entende essa representatividade sindical ao servidor, mas também entende a representatividade das associações ao servidor. Em questão de terem o artigo 8º da CF para rebater as associações, volta a dizer que obrigatoriedade legal, os conselheiros não têm, a CF os diz isso, mas, moralmente, também são seus colegas servidores. Assim como os Rodrigo's que estão participando dessa reunião são seus colegas servidores e estão no papel de representantes, os colegas servidores das associações também estão no papel de representantes e, diz que é isso o que o André disse de tratar com isonomia os representantes dos servidores e acha que isso tem que ser importante. Diz que, para esclarecer, lá atrás, não foi só pelo fato de como otimizar, operacionalizar esse desconto, esse trabalho, porque acredita muito na competência e na capacidade dos funcionários do Pauliprev e tem certeza que farão isso com os "pés nas costas", trará um pouquinho mais de trabalho, mas não será um transtorno, não será um motivo de "nossa, vai gerar horas extras" ou "vai matar alguém de trabalhar", não é isso. Lá atrás, discutiram por alguns momentos sobre a questão dos repasses não ser feito aos convênios e ser feito o desconto em folha e isso gerar um problema para o Pauliprev porque quem vai efetuar o pagamento em folha é o Pauliprev e a gente não sabe se esse pagamento chega ou não chega ao convênio. Então, estariam aqui deliberando a vinda de problemas para o Pauliprev e isso é impessoal, não é pessoal para esse presidente do Sindicato ou para aquele. São situações que viram acontecer lá no passado e por isso, naquele momento, deliberaram contrariamente a vincular o desconto em folha porque o Pauliprev efetuou o desconto, logo o Pauliprev é responsável pelo dinheiro não chegar até o convênio ou pela consulta, não sabe, chegar lá e o convênio estar atrasado. Acha que é esse tipo de problema que os conselheiros pensam. Pelo menos, a época, discutiram isso, era um problema que não queriam que chegasse no Pauliprev por que o Pauliprev já possuía problemas suficientes e isso seria mais um fardo. Não pela operacionalização do trabalho, mas pela dor de cabeça, pelo transtorno até jurídico que isso traria ao Instituto. Diz que só está recordando que os motivos que os fizeram deliberar foram esses. Hoje é um novo cenário, hoje é um novo momento, não sabe. É a cargo de cada um. Não vota, mas diz estar colocando isso para deixar claro o por quê da não aprovação no passado. A palavra é passada ao Rodrigo Jacquet, que diz que o critério de isonomia não está sendo usado quando os conselheiros aprovam, por exemplo, o desconto para banco, mas está sendo usado para justificar negativa dizendo que outras associações podem pedir. Diz que não há isonomia no tratamento da questão. Sandra diz que o conselho nunca aprovou consignados para

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jo', 'D', 'PHB', 'M', 'Vak']

[Handwritten mark]

bancos, também reprovaram. A palavra é passada ao Idu que rebate informação do Rodrigo, diz que os bancos, é importante para o servidor ter esse desconto em folha porque a taxa cai. Se o servidor fizer no banco não terá uma taxa tão boa dessa. É beneficiado o servidor nesse sentido, tanto no plano médico como nos empréstimos. Diz que isso não é desculpa para os conselheiros autorizarem uma outra coisa. Diz que saiu uma matéria, antes de sair aquela votação que fizeram no ano passado, de que sindicatos abriam inscrição de aposentados e descontavam em folha dos aposentados mensalidades. Diz que foram colocações discutidas em março, praticamente as mesmas. Diz que a Sandra colocou muito bem, as associações, não é só o Sindicato que pode representar a categoria, muitas associações podem representar e vai muito do governo que está, vai muito do Prefeito. Se o Prefeito não quiser receber o Sindicato e receber uma associação, ele vai receber e eles irão lá pra conversar e aquelas ideias colocadas pela associação talvez sejam as ideias que agradam o Prefeito. Não é a representatividade só que interessa nesse momento, é a política, a vontade política de quem está administrando o orçamento de receber e conversar com a associação, isso que é importante colocar. Diz que se colocarem para descontar do Sindicato e não colocar das associações, não estarão sendo iguais para todo mundo. A palavra é passada ao Macelari que diz que a reunião está saindo do foco do pedido. Diz não estarem falando de associação, sindicato ou qualquer outra coisa que não seja relacionado ao servidor público, pede para focarem no servidor público, os aposentados que pediram. Diz que foram mais de 50 servidores e que eles fizeram um mapeamento antes de realizar esse pedido e diz a dificuldade de muitos. Fala que o fator vida é mais importante que o econômico do consignado. Complementa que o desconto de consignado o servidor irá conseguir em inúmeros outros bancos, não é só porque a Pauliprev está fazendo o desconto que não pode conseguir em outros lugares também. Pede, encarecidamente, aos conselheiros e diz ao conselheiro Idu que a eleição do Sindicato acabou e pede para focarem nos aposentados que estão sendo prejudicados pelo não desconto da taxa sindical e do plano de saúde. Diz que não quis tratar essa fala no começo, mas é pra isso que está sendo levado. Diz que parece estar havendo uma mágoa e que os aposentados são mais importantes. Pede para Idu esquecer a eleição, é uma questão de vida e de humanidade. Agradece a todos. A palavra é passada ao Idu que se coloca em relação a fala do Rodrigo Macelari a respeito da eleição, diz que é a terceira vez que votam esse assunto e a posição dele é a mesma desde 3 anos atrás, esse não é o motivo. Sandra coloca em deliberação. Conselheiro Fábio não aprova. Nara aprova com os motivos por ela já colocados e diz que se alguma associação viesse a fazer o mesmo pedido ela seria contrária porque o Pauliprev não tem como atender a todos. Diz que faltou trazer a informação de quantos servidores estão falando e a questão do Breda ver como operacionalizar. Até lá podem haver outros desdobramentos. Sirlene se abstém do voto. Diz que é associada, recebe um boleto que já vem incluído o Uniodont e vem pelo CPF dela. Diz que já paga direto no Santander. Diz que precisa entender melhor a questão de quem são, como será feito, como será feita a questão da opção, como eles poderão opinar... Erick também se abstém, quer entender melhor o que está acontecendo por não ter noção, ainda, do quanto, do número que o sindicato tá falando, do que será feito, se o Pauliprev conseguirá absorver isso em questão de trabalho. E, em caso dos valores que o André colocou, não conseguir consignar, vai sobrar sempre pro Pauliprev isso. Se o próprio sindicato absorveria essas críticas pra ele e assumir essas coisas que podem acontecer. Diz que não conseguiu formar uma opinião concreta ainda a respeito disso. A palavra é passada à Eliete que diz que, diante da Sirlene e do Erick terem se colocado não satisfeitos com as informações, acha que fica inviável fazer qualquer votação porque eles estão se abstendo esperando novos estudos, se está se esperando novos estudos, então é necessário aguardar ter dados concretos, acha que não é motivo de ter votação. Sandra diz que discorda com Sirlene e Erick, o assunto foi pautado; houve dúvida, poderia ter perguntado para que a informação

Jo
Sue
PMS
Fáb
Sirl

Jo

chegasse. Diz que conversaram bastante no grupo sobre várias coisas, essa é uma situação que poderia ser esclarecida. É fato, o sindicato está pedindo para que a mensalidade sindical e o convênio sejam feitos na folha de pagamento do aposentado do Pauliprev, como o ativo tem na Prefeitura. O que acontece vai acontecer com o Pauliprev a mesma coisa que pode acontecer com a Prefeitura. Diz que o Macelari acabou de falar que cerca de 50 aposentados fizeram essa solicitação. Diz que a impressão é que o conselheiro não quer se expor. Acha ser um assunto importante para o servidor, para o Sindicato e para o Pauliprev e devem chegar num consenso, são todos servidores adultos, maduros e cientes do pra que estão aqui. Sirlene diz que acha que a votação tem que continuar por ter mais 5 conselheiros a votar e o voto dela e do Erick não fará muita diferença já que tem um voto a favor. Diz que se absteve porque foram colocadas novas informações pelo sindicato, na vez passada votou contra e manteria o voto. Então, gostaria de entender melhor as novas informações. A palavra é passada ao Erick que explica que as informações do sindicato não vieram precisas. Permanece a posição de não haver o desconto e caso venham argumentos mais fortes, ele pode sim mudar de opinião. Considera a fala da Sirlene a respeito do recebimento de boleto, na primeira fala ele entendeu que os servidores teriam que ir ao sindicato para fazer o pagamento, mas hoje diante de Pix, códigos de barras, aplicativos de bancos, se pode ser feito assim, também não vê motivo para que haja o desconto. Só gostaria de mais informações do que eles quiseram trazer para os conselheiros. Se absteve do voto para que ficassem claras. Diz que o voto dele, lá atrás, foi não e continua sendo não, mas pode mudar de opinião diante do que for apresentado. Sandra passa a palavra ao Dr. Alexandre que sugere, se os conselheiros estão ponderando que o que foi apresentado até agora é insuficiente para tomar uma decisão, apesar de haver uma preocupação por conta do tempo, por conta da situação de pandemia, não vê problema nenhum, e considera ser melhor, independente do voto sim ou não, o conselho avaliar tirar da votação de hoje para, após complementos, posterior votação. Diz ser uma solução mais sensata em busca de um consenso e conversão. Sandra coloca sugestão para a votação dos conselheiros. Fábio vota pelo adiamento. Nara vota o adiamento e diz que o material precisa especificar as informações para análise do André no Instituto. Sirlene vota o adiamento do assunto. Erick vota o adiamento do assunto e considera a fala da Nara. Paulo complementa concordando a fala dos demais conselheiros a respeito da informação vir mais completa, concorda que os conselheiros deveriam ter discutido mais do assunto no grupo e diz que a posição dele no passado era de não e mantém a mesma posição no sentido de tentar blindar o Instituto de qualquer apontamento visto o histórico que já tem. Acha que a informação que a Sirlene trouxe deve ser considerado, pode ser que nem todos tenham essa facilidade como a conselheira Eliete colocou na mensagem. Mas acha que todo mundo paga a conta de água, a conta de luz ou alguém da família paga pela pessoa e com o sindicato pode ser por esse mesmo caminho. Diz que é uma coisa para eles pensarem mais enquanto conselho. Acha que o processo conseguiria ser absorvido com a equipe que tem, também acha que seria uma discussão deles como conselho, na singularidade, como acontece na Prefeitura, também seria só pro Sindicato ou não. Coisas que poderiam conversar para definir um pouco melhor o cenário. Se fosse pra definir hoje, seria não. Mas vê muitos pontos que poderiam terem sido discutidos e não discutiram, acha que podem adiar. Eliete diz que a proposta de adiar é o melhor mesmo, diz que tiveram ciência no conselho hoje à tarde, acha que foi recebido no Pauliprev na sexta-feira. Diz ser muito tarde, eles não têm condições. Que o sindicato prepare um material bacana, como foi elencado por todo mundo, pra que eles tenham tempo hábil para que, se houver alguma dúvida, já tentarem diluir para que não chegue aqui e demorem, tantos assuntos que não dará tempo de discutir. Esse assunto é importante, mas os outros também são. Diz que quanto a questão de que nem todo mundo tem condição, é que ela vê a dificuldade que eles têm de entrar no grupo de aposentados, às vezes, não tem a impressora,

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten mark]

não sabem que podem usar só o código de barras pra pagar. Diz que essas coisas dificultam. Diz que, por causa desse assunto, muitos aposentados a chamaram no particular e pediram para ela votar favoravelmente para facilitar, inclusive em função da pandemia. Diz que votou contra em 2017, teme pelo Pauliprev, mas tem que entender também que, mais do que nunca, hoje, a situação está diferente e a questão é saúde. Que venha um material bem elaborado para poderem estudar realmente. Edson diz que, em respeito a demanda que o sindicato trouxe, também não mudou o seu voto com relação ao que foi discutido, lá no dia 09/03, em nenhum aspecto. Respeita a opinião da maioria em adiar a discussão. Sabe que hoje, como muito disse a Sirlene e o Erick reconsiderou, temos, cada vez, a sociedade mais moderna. Conta como funcionava o desconto com débito em conta corrente nas feiras que ocorriam na sede do sindicato. Diz haver muitas ferramentas, o assunto pode ser trazido com mais elementos. Diz que o seu voto não mudou, mas havendo prorrogação para uma nova votação, ele acompanha os colegas. Idu diz não haver pressa nenhuma em votar esse assunto, vota pelo adiamento e diz que manterá o seu voto. Fábio pergunta aos Rodrigo's e Dr. Alexandre quando acham que conseguem entregar o material para a análise dos conselheiros. Dr. Alexandre se compromete em nome do Sindicato de entregar em até 2 semanas. Sandra faz uma correção, dizendo que o assunto já estava pautado e que na sexta-feira chegou o pedido para o sindicato participar na reunião. Para deixar claro que não foi atropelado, foi pensado antes. Por unanimidade, o assunto está adiado. Sandra agradece a participação e esclarecimento do Dr. Alexandre. Dr. Alexandre agradece e se despede dos demais participantes.

Item 03. Apresentação do Relatório de Governança Corporativa de 2020, conforme diretrizes do manual atualizado do Programa Pró Gestão – Eliete sugere deixar esse item para a próxima reunião por questão de tempo, não sendo possível na reunião de hoje, considerando o tempo restante de reunião, nem mesmo a apresentação. Sandra pergunta ao André se seria possível e diz que a apresentação já seria com deliberação porque, como o material já foi encaminhado, daria tempo dos conselheiros lerem e relerem. Pergunta se haveria alguma implicação para o Instituto. André diz não ter problema, complementa que não há prazos de aprovação determinada nem pra relatório do fiscal, nem pra nada para os conselhos. Diz que o precisa fazer é aprovar e que existem anos no Instituto que nem aprovação do Conselho Fiscal teve, como por exemplo do ano de 2015, e que tá apontado no Balanço Geral sem que tenha acontecido nada. A determinação que deve vir ao Instituto é para que faça uma reunião extraordinária para aprovar ou reprovar contas do passado, coisa que o atual conselho não irá fazer. O que ele sempre prima de prazo é pra que se faça quando as situações estiverem todas fechadas. Diz que, pegando a relação de 1º trimestre, é importante lembrar que, embora o exercício fiscal de 2020 se encerre em dezembro, o próprio Tribunal de Contas dá o prazo de até 31 de março para a apresentação do Balanço Geral e para o Conselho Fiscal apresentar o 1º trimestre, ele precisa dessa conciliação pós Balanço e por isso às vezes tem esse “delay”. Diz que já queria antecipar aos conselheiros que, para a próxima reunião, está agendando com o atuário para fazer a apresentação do Relatório Atuarial 2021 – data base 2020. Diz que já antecipou que a situação do atuarial piorou muito, não por conta da gestão do mercado, mas conta da redução da taxa de juros pelo Governo Federal através da Secretaria de Previdência. Diz que o atuário acredita que em 1 hora ele faz a apresentação, mas se existirem dúvidas e perguntas pode ser que precisem decidir qual relatório ficaria para a próxima reunião. Sandra diz que pode ficar para a segunda reunião de maio o Relatório de Governança de 2020 por não terem prazo. E na primeira semana mantém a apresentação do atuário. André diz que, já pensando que nas 2 próximas reuniões terão, pelo menos, 1 hora de comprometimento com duas apresentações, acha que seria interessante o conselho debater quais os assuntos poderiam colocar nas próximas

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin:]
João
Sandra
André
Fábio
Sirlene
FAB
FAB
Sandra

[Handwritten mark]

pautas e pede para avaliarem a necessidade ou não de marcarem extraordinárias nesse período. Fábio pede a palavra e diz que a última apresentação foi pelo aplicativo Zoon e se coloca à disposição para testar com o atuário antes e passar para o pessoal. André diz ser perfeito e colocará o Rafael, atuário, em contato com o Fábio. Sandra informa que o Rodrigo Jacquet pediu desculpas por ter saído da reunião sem se despedir porque a bateria dele acabou, agradeceu e pediu desculpas.

Item 05. Deliberação sobre a protocolização de pedido ao Executivo, para continuidade das discussões nas alterações necessárias na base previdenciária dos servidores públicos estatutários, nos termos do protocolado nº 6512/2019 – Sandra diz que em uma das reuniões anteriores ela ficou de fazer um ofício ao Executivo, porém ficou de ser levantado o material que já havia sido preparado pelo Sindicato e pela comissão da base previdenciária, inclusive a Nívia ficou de ir atrás, mas não conseguiu. Diz que o André tinha uma cópia no Instituto e essa minuta foi encaminhada no grupo para todo mundo. Diz que a deliberação é sobre o que vão colocar no ofício, de que maneira vão fazer esse ofício ao Prefeito, em quais artigos vão pedir para que se altere. Acha que precisam ter um pouco de cuidado para saber a legalidade do que vão pedir e talvez tenham que pedir uma ajuda à Procuradoria. A palavra é passada à conselheira Eliete que retoma o que foi conversado na outra ocasião dizendo que a Sandra havia sugerido alguma coisa que não fosse só o pedido, que não só se agilizasse a questão do estudo. Foi sugerido pela Nívia que a Bia poderia relacionar os processos com glosas por divergência da lei para se ter dados concretos e, também, pedindo correção legal. Diz que o Fábio também colocou alguma coisa de que isso estava sendo feito na Câmara, que estavam sendo digitalizados esses processos e que também teria esses dados que, então, seriam subsídios pra mostrar a complexidade do caso e mostrar a necessidade da emergência de mudança. A palavra é passada ao Macelari, que diz ser esse estudo muito importante para equacionar e resolver esse problema de uma vez. Coloca o Sindicato à disposição com tudo o que já foi tratado no jurídico da Prefeitura e tudo o que tiver de material caso os conselheiros queiram firmar uma parceria nessa discussão, o Sindicato está à disposição por ter inteira vontade de resolver essa questão. Diz não saber se conseguirão chegar nos aposentados para resolver essa questão, não sabe se retroagem e é um estudo que precisa ser feito também. Diz que na Guarda Municipal, por exemplo, faltam 2 ou 3 anos para uma grande quantidade de servidores se aposentarem com a lei de 55 anos e muitos estão na idade inclusive. Diz que hoje, pelo menos o que ele tem dentro da Guarda Municipal, é que quase metade do efetivo que já se aposentou e teve que retornar e uma grande parte que já estão chegando aos 55 está muito próximo. Diz que a proposta dele é uma parceria entre o Sindicato e o Pauliprev nesse estudo e direcionamento para a Administração. Sandra diz ao Macelari que, no passado, quando foi montada essa minuta a qual ela se referiu, o Sindicato teve total participação. Era uma comissão formada pelo Sindicato, por 2 membros do Instituto, mais 1 representante da Prefeitura onde tinham periódicas reuniões. Produziram essa minuta e quando chegou no jurídico barrou, parou. Diz que parou por acharem um caminho sem saída, ou que as saídas que foram encontradas não eram viáveis e também porque falta, como sempre falta em Paulínia, vontade política de fazer a coisa andar no momento. Mas uma vez foi mais um projeto que ficou parado. Diz não ser fácil mudar um artigo da lei e que seria um ganho político para qualquer um. Diz que, por não ser fácil, estão com 3 ADIN's porque não é fácil e quando as coisas são feitas no atropelo, na pressa, sem análise da jurisprudência, vai sempre trazer problema. Diz que precisam ter pé no chão, pressa porque há muito tempo isso está se enrolando e não se resolve. Diz ser prejudicial para todos, para os ativos e inativos porque quem contribui também está sendo prejudicado. Diz que a parceria pode ser feita, como já foi feita, o sindicato teve total participação nisso. A palavra é passada à

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten mark at the bottom right corner]

Eliete que, só para lembrar, diz que eles tiveram um material, até por solicitação do Idu, para eles terem ciência do que constavam nessas minutas. Diz que eles receberam as 2 propostas, a encaminhada pela comissão e a encaminhada pelo Sindicato, justamente, para ser encaminhado as discussões. Acha que todo mundo já leu e já dá pra saber o que foi proposto e, a verdade, não devem concordar ou não, a proposta está feita, está lá, foi nomeada uma comissão. O que estão pedindo apenas, não é se “A” ou “B” está certa, estão pedindo que a coisa caminhe. Diz que a Lei 173 não os permite fazer nada, mas, pelo menos, estudando, agilizando durante o ano, quando virar o ano, se não modificar nada, já está pronto pra fazer alguma coisa. Diz que, então, tem um tempo hábil para fazer justamente para não fazer coisas erradas como já foram feitas no passado recente. A palavra é passada à Nara, diz que com relação à parceria Pauliprev e Sindicato, a comissão acabou gerando 2 propostas. Diz não ter havido uma verdadeira parceria porque não conseguiram construir uma proposta única. Complementa que, de fato, às vezes, não tem que ser essa a intenção porque o papel do Sindicato, quando ele vai fazer uma proposta de lei, é consultar a base, ele tem que fazer isso lá junto com os servidores para entender a complexidade do problema; esse é o papel do Sindicato, olhando como servidora e diz não saber o que o Macelari pensa. Sobre a questão do Instituto, o Instituto e os conselheiros podem ou não pensar, mas possuem um grupo de advogados, procuradores que fazem o assessoramento. Acha muito difícil discutir conjuntamente porque, se for pra discutir, o Pauliprev terá que fazer a análise e o Sindicato tem que fazer o seu trabalho junto aos servidores e isso é uma segunda discussão os resultados desses trabalhos. Achou que patinou demais, foi muito ruim e, por isso, então, acha que não teve um avanço, também porque quando se chega com duas propostas não se consegue avançar mesmo. Diz que acha ter um momento em que eles, conselheiros, têm que pensar um pouco o que eles, realmente, quer: “a gente quer resolver o problema do servidor glosar”, só que junto com isso estão esquecendo que existe uma imposição, que terão que mexer na própria questão da previdência como um todo, em todas as regras e, então, isso pode vir junto nesse pacote. Diz ser esse o seu receio. Podem estar olhando para a glosa, mas há uma reforma administrativa que também fala que os municípios têm que se reformular com o tempo. Diz ter um pouco desse receio sobre esse assunto porque isso pode vir no pacote junto. Podem estar pensando no bem e acabar trazendo o mal junto. Diz que o momento é outro, que eles têm que partir pela análise do que têm e para onde vão. Primeira coisa, o que os conselheiros querem com esse ofício, de fato o que querem porque a Prefeitura tem e sabe o que tem que fazer. Pergunta o que vão fazer, se vão reiterar, se vão com uma nova proposta. Eliete diz que nova proposta não. Foi montada uma comissão em 2019 para esse fim, não seriam os conselheiros que fariam uma proposta. Diz que precisam reiterar a importância disso caminhar, acha que disse isso na primeira vez que sugeriu. Reiterar a coisa para caminhar para que, quando acabar o ano, pelo menos, tenham isso pronto para entrar, se Deus quiser, no ano que vem, mas que precisa caminhar. Diz que, como tem que se estudar a Previdência Complementar que é pra novembro, a base previdenciária também precisa. Só reiterar que o conselho está solicitando isso para que caminhe. A palavra é passada ao André. Diz que, para ser claro, a gestão Pauliprev, na reunião que teve com os Rodrigo’s, procurou explicar o papel de cada instância do Instituto: Diretoria Executiva e Conselhos Fiscal e Administrativo deliberativo. Diz que o Pauliprev sempre, e ele particularmente, sempre trabalharam na questão da base previdenciária e apoiam qualquer demanda que seja para a discussão. Diz ter algumas preocupações, até porque acha que o conselho pode e deve dar algum encaminhamento, mas gostaria de externar para estar gravado. Quando a comissão foi formada, formatada e finalizou o estudo que, inclusive, a Nara estava presente, não tinham o advento da pandemia, conseqüentemente, não tinham a Lei 173/2020 e, antes dela, inclusive, não tinham a Emenda Constitucional 103/2019. Depois disso, pipocaram, embora a EC 103/2019 não tenha sido



implementada ao município a não ser naquilo que era norma de aplicabilidade imediata (Portaria 1348/2019), ela faz algumas travas em relação ao que pode e não pode ser incorporado, ser caracterizado nas legislações locais. Diz que, como a Sandra bem lembrou, o fato de ter uma lei local falando que isso é uma coisa e aquilo é outra coisa não traz nenhuma tranquilidade e garantia de legalidade ou constitucionalidade para o Instituto, senão não teriam 4 ADIN's, sendo 2 já julgadas procedentes: guardas e educadoras e outras 2 em curso: migração e abono. Diz que uma das coisas que eles têm tomado cuidado e ele tem tentado acompanhar é o que é que pode ser feito e quais as travas porque, ele diz que já ouviu e o Macelari deve ter ouvido isso várias vezes na Guarda, dos guardas mais novos, que se o antigos não levam o adicional de risco na aposentadoria, eles não deveriam contribuir. Mas se não há contribuição e, por exemplo, seja defendido que não haja a contribuição a partir de agora porque não leva para a aposentadoria, será que, posteriormente, achariam solução para quem já foi glosado. Mais que isso, se não há contribuição, aqueles que entraram após 2004 vão ter um problema com as contribuições já vertidas porque, fatalmente, eles se aposentarão pela média e isso vai impactar nos proventos lá na frente com a redução. Lembra que há um marco temporal, hoje, de julho de 1994 até o momento da aposentadoria. Diz que, além disso, já ouviu que bastaria tirar algo que está definido como natureza transitória e indenizatória e colocar na lei local de natureza permanente que resolveria essa questão. Pela experiência que o Pauliprev tem hoje de Tribunal de Contas e acha que o Macelari e o Jacquet vão adquirir com o Dr. Alexandre, o fato da natureza ter sido caracterizada de uma forma ou de outra, não vai impactar no julgamento do Tribunal de Contas que tem apontado desde 2013. Concorde com a Eliete que não se deva fazer uma nova proposta, mas solicitar a continuidade do que já existe com mais participação dele e dos conselhos, se for possível, para que não tenham os salvadores da pátria, criando novas soluções com política ou politicagem que daqui 2 ou 3 anos reverbere de novo no servidor, de novo na Autarquia e com novas ações de inconstitucionalidade. Diz que tudo o que o Instituto faz hoje é foco do Tribunal de Contas e do Ministério Público, haja vista tudo o que o Instituto tem sofrido. Diz que tudo é válido, mas precisam ter consciência do que querem e pra onde estão indo. Diz que a gestão apoia qualquer discussão, desde que seja favorável. Diz se preocupar muito com os pareceres, inclusive anteriores a sua gestão, que ficavam cumulando por dentro da Administração e de maneira negativa para o servidor. Acha que todos já conhecem a questão do abono para o inativo do Pauliprev. Diz que precisam tomar um certo cuidado. Agradece e diz estar à disposição para apoiar no que o conselho resolver. A palavra é passada ao Idu que, em relação à fala da Sandra e da Nara, diz não ser difícil, às vezes, resolver o problema, acertar o caminho. Acha que o difícil é a decisão do governo em mandar aquilo porque aquilo não vai ser vantajoso politicamente. Há duas propostas, é necessário ver porque, como conselheiro ouve que algumas decisões valorizam algumas pessoas e não outras, então, qual das propostas vão valorizar. Diz que, às vezes, o caminho não é aquele que as pessoas decidem para agradar o funcionário. Dá exemplo do Plano de Carreiras. Diz que, quando pediu pra ver o que foi encaminhado pra saber se votaria favorável ou não. Vê que as propostas saem sempre num caminho, que chega lá e o político diz que não dá pra fazer. Diz que, pra ele, a decisão no momento de até mudar as propostas é mais difícil do que achar o caminho. Eliete diz que, quando pegou o material para dar uma olhadinha, diz que as propostas já foram aproveitadas, diz que o artigo 13 está em azul e em parênteses "conforme o decreto desta comissão". Diz que alguma coisa foi alterada, mas não modificou tudo o que precisam. Seria dar continuidade e modificar aquilo que ainda falta. André diz que o "vide" do decreto, é o decreto que cria a comissão da base previdenciária, mas aquilo não foi efetivado. Tanto é que os protocolos continuam parados no jurídico. Ela faz uma relação com o que seguiu como proposta, mas não se transformou em lei. Diz que tem o texto da lei e a Eliete deve estar puxando pelo site "leis municipais", que é o que

Jo
C
M
D
RHS
C
F
M

Jo

usam mesmo de mais atualizado. Ele também já percebeu isso, essa observação “vide decreto” é que para quem faz a compilação dos dados houve o decreto de discussão da base previdenciária que discutiria o artigo 13 e que, teoricamente, haveria uma alteração, mas não houve. Eliete diz que modificou, se olharem os riscados em acima, era aquilo antes. André diz que não mudou porque os descontos permanecem os mesmos que já tinham antes, com a única diferença dos 3 auxílios: saúde, alimentação e transporte que deixaram de serem cobrados em maio de 2017. Eliete diz que nas “leis municipais” ela faz referência do decreto que nomeou essa comissão e ela está entendendo que foi baseado nessa comissão que se chegou naquilo. André diz que não houve projeto de lei. Eliete pergunta se não é estranho constando lá. André explica que o “leis municipais” é um site de compilação de legislação, ele não é um site oficial de órgão público. Diz ser interessante procurar no site da Câmara e explica a busca. Nara diz que entrou também utilizando o “leis municipais”, ele fala vide decreto, mas embaixo do artigo 13 ele fala “a redação foi dada pela lei 38/2008”. André diz que é como o Grifon, site que o Instituto assina, ele manda qualquer alerta que apareça o nome ou CNPJ do Pauliprev. O site leis municipais tem um campo de busca que é assim e explica como funciona e dá exemplo. A palavra é passada ao Macelari que deixa o conselho ciente de uma recente conversa com o Secretário de Segurança. Há total interesse, inclusive já da Secretaria de Segurança, e ele entende também da Administração Municipal de resolver a questão das glosas dos guardas municipais. Diz que o Secretário informou que já estaria em estudo. Entende a intenção da Administração em tentar resolver também. Diz discordar com a Nara a questão de que cada órgão tem a sua função, quando o problema é em comum, dos servidores, acha que tem que firmar parceria para resolver essa questão de uma vez por todas. Concorda com o André que tem que ser uma coisa com pé no chão, que não caia daqui a 2 anos com outras ADIN’s. Parabeniza a Sandra a solicitação de continuidade. Diz estar à disposição, o sindicato, o Rodrigo e toda a direção. Diz não ter participado da comissão, mas estava ciente por ter contato na Guarda Municipal com o Mesquiatti. Diz que precisa se retirar da reunião e agradece a participação. Sandra diz que precisam encaminhar, pois o prazo da reunião vai acabar. Diz que podem protocolizar o ofício pedindo a continuidade dos trabalhos e protocolizar um pedido de reunião com o conselho, mas desde que tenham base para o que levar para a reunião, como bem disse a Nara, o que querem, para onde vão e de onde estão. O que vão levar até lá. Considera o que foi dito pela Macelari, a vontade e a disposição do Secretário. Deixa para os conselheiros deliberarem o que desejam fazer. Eliete diz que poderiam fazer o levantamento pela Beatriz e pelo Fábio, por serem dados concretos para mostrarem, para não chegarem com as mãos abanando. Se conseguirem uma reunião, maravilhoso. Diz que soube que o prefeito não receberá ninguém até sair a reforma administrativa, então o ofício seria o caminho. Sandra pergunta ao André se seria possível a Beatriz apresentar a proposta da Eliete. André pergunta se seria a quantificação do número de aposentadoria glosadas, separando por cada apontamento e cada verba. Diz também que não entendeu muito bem a digitalização da Câmara, do Fábio. Eliete pede para Sandra verificar se o Conselho Fiscal assinará com o Administrativo, pois estavam junto na reunião. Diz que partiu da Nívia para relacionar os processos com glosa por divergência da lei e com isso mostrar para o Executivo o motivo de estarem reiterando a correção legal. Diz que o Fábio falou que teria isso no sistema da Câmara. Fábio explica pro André os trâmites na Câmara. André diz que entendeu que seria a quantidade de processos glosados por conta das verbas, mas não a verba de cada processo. Pede para confirmarem se seria isso mesmo, a exemplo, nos últimos 10 anos tiveram 1000 aposentadorias concedidas, 700 glosadas. Eliete diz que sim, e complementa conter em função de foram glosadas. Diz que levantar números seria mais significativo. André diz que é possível conseguir esse número, mas não para a próxima semana. Vai verificar com o setor pra quanto tempo consegue essa informação e retorna aos conselheiros. André diz que precisam primeiro

Jo
Sandra
M
F
PHS
C
Fáb
Sandra

8

definir o que o conselho precisa fazer, acha que a informação do numero de glosas que tiveram num determinado espaço temporal e o motivo dessas glosas, exemplificando, fortalece uma demanda do conselho sem tratarem das especificidades, as quais nem poderiam fazer. Sandra concorda com André. Fábio diz que, nos últimos apontamentos das glosas, mesmo quando faz a apostila retificatória que é julgada legal, sempre vem o parágrafo alegando a questão do abono, diz que foi defendido pelo Pauliprev, mas vem mostrando. André diz que isso é uma informação relevante e que eles procuram não tratar muito com publicidade por conta de Ministério Público, principalmente, para não alertar mais sobre a ADI. Diz que o Fábio está querendo traduzir que, os conselheiros lembram que o Instituto sempre teve apontamento pelo pagamento do abono para os servidores inativos com paridade e que seria indevido. O posicionamento permanece o mesmo do Ministério Público e permanece o mesmo com os apontamentos da unidade regional de Campinas, o R3 do Tribunal de Contas. Mas em São Paulo, após a apresentação dos recursos e das justificativas e em quanto a lei 3345 e 3346 estão vigentes, estão conseguindo que eles julguem legal o pagamento com limitação da vigência da lei, se a lei cai também cai. Diz que isso começou a acontecer agora, é uma nova etapa de avaliação do Tribunal de Contas a partir da apostila retificatória. O que para o Instituto é importante porque isso direciona o que está sendo feito em relação as correções e nas aposentadorias, em que pese ainda terem as glosas e que, por diversos momentos ela é prejudicial ao servidor, estão fazendo a correção e, graças a Deus, estão conseguindo os registros. Isso faz com que o servidor, mesmo com o corte salarial, tenha tranquilidade na sua aposentadoria e faz com que possam começar os processos de registro para o pedido da compensação previdenciárias. Diz que os processos que o Fábio está elencando agora são de 2016 e 2017. Fábio diz isso ser importante, pois eram feitas as apostilas retificatórias e não saiam os resultados. Sandra pergunta se todos concordam, quando a Beatriz fizer o levantamento dos processos com a quantidade de aposentados com o numero de glosas, fazerem o officio, todos assinam e encaminham ao Prefeito para darem continuidade a isso. Sandra coloca em deliberação e todos os conselheiros concordam com unanimidade.

Item 06 – Assuntos diversos – fica para a próxima reunião.

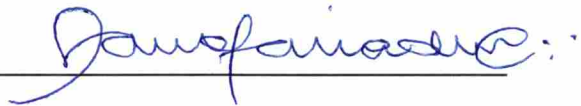
Sandra pede desculpas à Sirlene e ao Erick quanto a sua fala no momento da votação em questão do Sindicato. Não quis ofender, queria que tivesse o andamento no assunto. Diz que entende a dificuldade, pela falta de experiência, entende que quando mudam as peças, participar de uma reunião com outras pessoas os deixam mais tensos, menos a vontade. Gostaria de pedir desculpas. Diz que tem momentos que precisam se posicionar, independente de qual seja a posição, ela será divulgada, ela estará gravada. Diz entender e pede mil desculpas. Diz que queria chama-los para a realidade de que era tranquilo e que eles todos estão diante do cenário de conselho do Pauliprev, o que afeta o Instituto, os afeta diretamente. Idu concorda com fala da Sandra. Sirlene explica não ter se sentido pressionada e explica, novamente, a análise dos novos elementos apresentados pelo Sindicato.

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 20:15h.

Paulínia, 26 de abril de 2021

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like Sandra, Erick, Sirlene, Fábio, and Idu.]



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



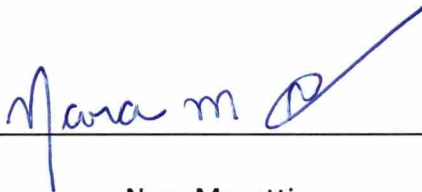
Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



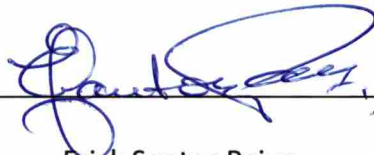
Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo




Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa




Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa